

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2003
(Do Sr. Geraldo Resende)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Saúde sobre investimentos, convênios e demais pactuações voltadas à erradicação do Aedes Aegypti e combate à Dengue no Município de Dourados, MS.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas, ao Sr. Ministro da Saúde, as seguintes informações:

1. Quais as ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde no corrente ano, com vistas à erradicação do Aedes Aegypti e no combate à dengue e no município de Dourados, MS;
2. Rol de convênios e demais instrumentos jurídicos estabelecidos entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura de Dourados e/ou o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, com destinação ao município de Dourados, para a erradicação do Aedes Aegypti e no combate à dengue e no município de Dourados, MS.

JUSTIFICAÇÃO

É alarmante o número de caso de dengue em Dourados. A notificação de 1102 casos neste ano, sendo 705 já confirmados, aponta a necessidade de redirecionamento da atuação da Prefeitura. Urge a ação do poder público municipal, sob pena de termos uma epidemia de grandes proporções e com graves conseqüências: social, econômica e de saúde.

O combate e controle dessa epidemia é conhecido. É um trabalho incessante, nas ações de campo (visita domiciliar), educação em saúde, saneamento básico e aplicação de produtos químicos na fase da ocorrência de casos. A supervisão e o acompanhamento das equipes de campo constituem fator decisivo ao sucesso da campanha.

É imprescindível a atuação de Agentes de Saúde qualificados para essa ação. Além do combate atual, novos programas de erradicação do *Aedes Aegypti* são necessários e urgentes, de forma a prevenir agora, a epidemia do próximo verão. É nesse sentido que o Ministério da Saúde tem apelado às prefeituras de todo o Brasil: a erradicação prevenirá casos de dengue hemorrágica e, por conseqüência, a perda de vidas humanas.

A taxa de incidência de dengue em Dourados é a maior do Estado, superando a Capital, o que demonstra a ausência do poder público municipal naquilo que é básico dentre suas obrigações como integrante do SUS, ou seja, as ações de controle do vetor, atividades de supervisão e acompanhamento das visitas de campo, e principalmente, naquela que deveria ser o foco principal da campanha: as práticas de educação em saúde e mobilização social em torno do combate ao vetor.

Dentre as pactuações feitas na área da saúde, existe a chamada Programação Pactuada e Integrada das Endemias, cujas metas gerais prevêm a redução de 50% dos casos de dengue em 2003 em relação a 2002; redução no índice predial de infestação do *Aedes aegypti* e a não ocorrência de casos de dengue hemorrágica nos municípios.

Com estas metas a Prefeitura de Dourados se comprometeu formalmente, compromisso ao que tem faltado. O pior ainda está por vir, a medida que se aproximam meses mais quentes e com eles as chuvas de verão.

Previsibilidade é sinal de maturidade e proteção à vida. Casualidade é sinal de irresponsabilidade e exposição à morte.

Lembramos que há um repasse mensal feito pelo Ministério da Saúde, diretamente ao Fundo Municipal de Saúde, no montante de R\$ 33.276,00, de exclusiva destinação às ações de combate e controle de doenças como a dengue, sem contar os agentes de saúde pública cedidos ao Município.

Mais uma vez fica constatado que a Prefeitura de Dourados não vem fazendo o seu dever de casa: cuidar da saúde dos seus cidadãos, prevenindo a ocorrência de doenças. Já nos aproximamos do patamar de infestação considerado calamitoso pela OPAS – Organização Panamericana de Saúde. Do ponto de vista epidemiológico expõe a população a sérios riscos de ocorrência da reurbanização da febre amarela. O caso é ainda mais grave se levarmos em conta a atual curva ascendente da epidemia, sendo que, teoricamente as larvas do mosquito estão desidratadas, aguardando as chuvas.

Conclamamos o Ministério da Saúde e o Governo do Estado para essa atenção, como têm feito, em que pese a débil atuação de uma Prefeitura como a de Dourados, da qual exigimos um reforço nas ações de combate à dengue, pois não fez e não vem fazendo a sua parte nesse processo, já que recebe recursos para isso: prefere jogar a culpa na população.

É preciso ter a comunidade como aliada nessa luta, sem, no entanto, querer justificar a inércia do poder público municipal. Diante dessa imputação injusta que sofrem os douradense, é imprescindível que possam estar cientes do esforço do Governo Federal para minorar sua exposição à dengue, o que se fará pela atenção ao presente requerimento.

Sala das Sessões, em de de 2003.

Deputado Geraldo Resende - PPS/MS